ISSN: 2358-8829

O HÁBITO DE LEITURA ENTRE JOVENS BRASILEIROS: MUDANÇAS, INFLUÊNCIAS SOCIAIS E O PAPEL DA ESCOLA.

Ester Gabriela da Silva Dantas [1]
Júlio Jônatas Buriti dos Santos [2]
Leonice da Silva Freitas [3]

INTRODUÇÃO

A leitura desempenha um papel fundamental na formação humana, social e intelectual dos indivíduos. Por meio dela, o sujeito amplia seu vocabulário, desenvolve a capacidade de interpretação, estabelece relações entre diferentes conhecimentos e constrói novas formas de compreender a realidade. Para além de sua dimensão instrumental, a leitura literária possibilita o contato com diferentes experiências humanas, culturas, sentimentos e perspectivas, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e capazes de refletir sobre o mundo em que vivem.

Apesar de sua relevância, a formação do hábito de leitura entre crianças e jovens constitui um desafio para a sociedade brasileira, especialmente diante das transformações culturais e tecnológicas que modificam as formas de acesso à informação, de comunicação e de entretenimento. A expansão das mídias digitais, das redes sociais e dos conteúdos audiovisuais ampliou as possibilidades de contato com diferentes linguagens, mas também tornou mais evidente a necessidade de refletir sobre o lugar ocupado pela leitura literária na rotina das novas gerações.

Nesse contexto, é importante compreender que o problema não deve ser reduzido à simples existência dos dispositivos digitais. As tecnologias também podem favorecer o acesso a livros, narrativas e práticas de leitura. A questão central está relacionada às formas como os jovens utilizam esses recursos, às oportunidades de acesso à literatura e às experiências que

[1] Professora da Educação Básica e Graduanda do Curso de Letras Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. esterdantas777@hotmail.com ;
[2] Graduando do Curso de Letras Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB juliojbsantos@hotmail.com ;
[3] Professora da Educação Básica e Graduanda do Curso de Letras Português/Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, Federal - UEPB, leonicesilvaf@gmail.com .

ISSN: 2358-8829

contribuem para que a leitura seja incorporada ao cotidiano como prática significativa, e não apenas como uma obrigação escolar.

A escola ocupa uma posição relevante nesse processo, sobretudo por ser um espaço de formação, socialização e ampliação do repertório cultural. Entretanto, quando a leitura aparece predominantemente associada à realização de provas, à resolução de atividades e ao cumprimento de exigências curriculares, pode deixar de ser percebida pelos estudantes como uma experiência de descoberta, imaginação e fruição estética. Essa associação não significa que a leitura vinculada às atividades escolares seja desnecessária, mas evidencia a importância de equilibrar as finalidades pedagógicas com experiências que despertem o interesse e a autonomia dos leitores.

A reflexão que fundamenta este estudo surgiu da observação dos hábitos leitores de estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola localizada no distrito de Matinadas, no município de Umbuzeiro, Paraíba. Durante a investigação, chamou a atenção a baixa frequência de leitura de livros e a recorrente associação dessa prática às avaliações escolares. Outro aspecto relevante foi a ausência de biblioteca e de um acervo mínimo de livros na instituição, condição que suscita questionamentos sobre as oportunidades de acesso à literatura oferecidas aos estudantes.

Diante dessa realidade, formulou-se a seguinte questão norteadora: quais fatores se relacionam aos hábitos de leitura literária dos estudantes investigados e de que maneira o contexto escolar pode contribuir para a formação de leitores mais frequentes, autônomos e críticos?

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar os hábitos de leitura de estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental, considerando a frequência anual de leitura, os gêneros literários mencionados e a relação estabelecida entre a leitura e as demandas escolares. Como objetivos específicos, busca-se identificar tendências nos hábitos leitores dos participantes, refletir sobre a influência das transformações socioculturais contemporâneas nas práticas de leitura e discutir o papel da escola na democratização do acesso à literatura e na formação do leitor crítico.

A relevância desta investigação está na possibilidade de relacionar uma realidade escolar específica a discussões mais amplas sobre leitura, literatura e educação. Embora os

ISSN: 2358-8829

resultados não possam ser generalizados para toda a juventude brasileira, eles permitem refletir sobre desafios concretos enfrentados pela escola na promoção da leitura literária, especialmente em contextos nos quais o acesso a livros e a espaços destinados à leitura é limitado.

O trabalho está organizado em cinco partes, incluindo esta introdução. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada na investigação. O referencial teórico discute a literatura como direito humano, as transformações nas práticas leitoras e a mediação escolar. Posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados do levantamento de campo. Por fim, as considerações finais retomam os principais aspectos da investigação e apontam possibilidades para o fortalecimento das práticas de leitura no ambiente escolar.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, de abordagem mista, contemplando dimensões qualitativas e quantitativas, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento de campo. A investigação teve como finalidade compreender os hábitos de leitura literária de estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental, considerando a frequência de leitura, os gêneros de interesse e a relação estabelecida entre a leitura e as práticas escolares.

A pesquisa de campo foi realizada presencialmente com uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola localizada no distrito de Matinadas, no município de Umbuzeiro, Paraíba. Participaram do levantamento 19 estudantes, sendo 10 meninos e 9 meninas. A investigação concentrou-se nas respostas desse grupo, sem a pretensão de representar estatisticamente os hábitos de leitura de todos os estudantes brasileiros.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, elaborado para identificar a frequência de leitura dos participantes e os tipos de livros que costumavam ler. Entre as questões apresentadas, investigou-se a quantidade média de livros lidos por ano, considerando diferentes possibilidades, como romances, livros de autoajuda, obras de ficção, leituras escolares realizadas para estudar para provas e outros gêneros que poderiam ser indicados pelos próprios estudantes.

A inclusão de diferentes categorias de leitura permitiu observar não apenas a frequência anual informada, mas também a diversidade de interesses dos participantes e a presença de práticas leitoras vinculadas às exigências escolares. Dessa forma, buscou-se distinguir a leitura

ISSN: 2358-8829

realizada por interesse pessoal daquela associada predominantemente à preparação para avaliações, sem desconsiderar que essas duas finalidades podem coexistir na experiência de um mesmo leitor.

Após a aplicação dos questionários, as respostas foram examinadas e organizadas de acordo com as tendências identificadas. Na dimensão quantitativa, consideraram-se a composição do grupo participante e as informações sobre a frequência anual de leitura. Na dimensão qualitativa, foram analisados os padrões de resposta relacionados aos tipos de leitura mencionados e à relação entre a prática leitora e as atividades escolares.

Os resultados indicaram que a maioria dos estudantes declarou ler menos de três livros por ano. Também se observou que a leitura aparecia frequentemente associada às avaliações escolares, sendo realizada, em muitos casos, com a finalidade de estudar para provas. Entre as respostas, destacou-se ainda a informação de que duas estudantes do sexo feminino liam, em média, seis livros de romance por ano, evidenciando a existência de experiências de leitura literária mais frequentes entre algumas participantes.

A análise também considerou características do contexto escolar, especialmente a ausência de biblioteca e de um acervo mínimo de livros na instituição. Esse aspecto foi incorporado à discussão por sua relevância para a compreensão das oportunidades de contato dos estudantes com diferentes obras literárias. Entretanto, a investigação não permite afirmar que a ausência de acervo seja a única causa dos hábitos observados, uma vez que a formação do leitor envolve fatores escolares, familiares, sociais, culturais e individuais.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fundamentou a interpretação dos resultados, mediante o diálogo com estudos sobre literatura, formação de leitores, letramento literário e mediação pedagógica. Os dados foram discutidos considerando as contribuições desses referenciais e as particularidades do grupo investigado.

Como limite metodológico, reconhece-se que os resultados se referem a uma única turma e se baseiam nas informações fornecidas pelos próprios estudantes. Além disso, a análise foi conduzida a partir das tendências identificadas nas respostas, sem a apresentação de percentuais para categorias cuja distribuição numérica exata não está disponível. Essa opção evita a atribuição de valores não confirmados e preserva a correspondência entre os dados coletados e as conclusões apresentadas.

ISSN: 2358-8829

A LEITURA LITERÁRIA COMO DIREITO HUMANO E EXPERIÊNCIA DE HUMANIZAÇÃO

A leitura literária ultrapassa a função de decodificar palavras ou obter informações. Ela envolve a interpretação, a imaginação, a construção de sentidos e o encontro com diferentes formas de representar a experiência humana. Ao entrar em contato com personagens, conflitos, contextos históricos e perspectivas culturais distintas, o leitor tem a oportunidade de ampliar sua compreensão sobre si mesmo e sobre a sociedade.

Candido (1995), ao discutir o direito à literatura, compreende a experiência literária como uma necessidade humana relacionada à formação e à humanização dos indivíduos. Nessa perspectiva, a literatura não deve ser considerada um privilégio destinado exclusivamente às pessoas que possuem maior poder aquisitivo ou acesso facilitado aos bens culturais. Seu valor está relacionado à capacidade de favorecer experiências simbólicas, estimular a reflexão e possibilitar o contato com diferentes dimensões da existência humana.

A compreensão da literatura como direito implica reconhecer a importância de criar condições para que diferentes grupos sociais tenham acesso às obras literárias. Isso inclui a disponibilidade de livros, a existência de espaços de leitura, a diversidade de gêneros e autores e a atuação de mediadores capazes de aproximar os leitores das obras.

Nesse sentido, a escola possui uma responsabilidade importante, sobretudo para estudantes que não dispõem de livros em casa ou de outros espaços de acesso à literatura. Para esses sujeitos, o ambiente escolar pode representar uma das principais oportunidades de conhecer diferentes narrativas e desenvolver o interesse pela leitura.

Entretanto, garantir o acesso físico aos livros não é suficiente para assegurar a formação de leitores. É necessário criar situações em que os estudantes possam ler, conversar sobre o que leram, compartilhar interpretações e reconhecer a literatura como uma experiência que produz sentidos. A leitura precisa estar presente na rotina escolar de forma significativa, não apenas em momentos destinados à avaliação.

A literatura também permite que os estudantes entrem em contato com realidades diferentes das suas, questionem valores e reflitam sobre conflitos individuais e coletivos. Esse processo contribui para o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade de compreender

perspectivas distintas. Dessa maneira, a formação do leitor literário está relacionada tanto ao desenvolvimento de competências linguísticas quanto à ampliação do repertório cultural e humano.

TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E HÁBITOS DE LEITURA NA JUVENTUDE

Os hábitos de leitura são construídos socialmente e sofrem influência das condições de acesso aos livros, das experiências familiares, da escolarização, dos grupos de convivência e das formas de entretenimento disponíveis em cada época. Por essa razão, compreender a relação dos jovens com a leitura exige considerar as transformações culturais e tecnológicas que atravessam a sociedade contemporânea.

A expansão da internet e dos dispositivos móveis modificou significativamente as formas de acesso à informação. Atualmente, textos, vídeos, notícias, mensagens e conteúdos de entretenimento circulam continuamente, permitindo que os indivíduos estabeleçam contato com diferentes linguagens em períodos curtos. Essas práticas ampliam as possibilidades de comunicação, mas também tornam necessário distinguir o contato frequente com conteúdos escritos da leitura prolongada de obras literárias.

Uma pessoa pode ler mensagens, comentários, publicações e notícias diariamente sem necessariamente desenvolver o hábito de ler livros. Isso ocorre porque as práticas possuem finalidades, níveis de aprofundamento e exigências de atenção diferentes. A leitura de textos breves pode ser importante para a comunicação cotidiana, mas não substitui automaticamente todas as experiências proporcionadas pela leitura de narrativas extensas.

Ao mesmo tempo, seria inadequado atribuir às tecnologias digitais a responsabilidade exclusiva pelo distanciamento da literatura. As plataformas digitais também permitem acessar livros eletrônicos, bibliotecas virtuais, clubes de leitura, resenhas e comunidades de leitores. O efeito desses recursos depende das condições de acesso, dos interesses individuais e das práticas de incentivo à leitura presentes nos ambientes familiar e escolar.

Chartier (1999), ao discutir a história do livro e das práticas de leitura, contribui para compreender que os modos de ler se transformam conforme as mudanças nos suportes, nas condições de circulação dos textos e nas relações estabelecidas entre leitores e obras. Assim, as

ISSN: 2358-8829

práticas contemporâneas não devem ser analisadas apenas como uma ruptura com formas anteriores de leitura, mas como parte de um processo histórico de transformação cultural.

A comparação entre gerações também precisa ser realizada com cautela. A impressão de que, em décadas anteriores, os jovens liam mais ou apresentavam maior domínio da linguagem pode surgir de experiências pessoais, lembranças e representações sociais. Contudo, essas percepções, isoladamente, não comprovam que todas as gerações anteriores possuíam hábitos leitores mais frequentes.

Para estabelecer comparações históricas consistentes, seria necessário recorrer a pesquisas realizadas em diferentes períodos, considerando critérios semelhantes, como quantidade de livros lidos, condições de acesso, escolarização e finalidades da leitura. Sem esse tipo de comparação, é mais adequado reconhecer que as formas de ler mudaram e investigar como as transformações sociais se relacionam com os hábitos atuais.

A reflexão sobre a juventude contemporânea, portanto, não deve se apoiar na ideia de que os jovens simplesmente não gostam de ler. É necessário investigar quais textos despertam seu interesse, quais barreiras dificultam o acesso aos livros e como as instituições educativas podem construir experiências de leitura que dialoguem com seus repertórios culturais.

LETRAMENTO LITERÁRIO E FORMAÇÃO DO LEITOR

A formação de leitores envolve processos que vão além da alfabetização. Enquanto a alfabetização está relacionada à aprendizagem do sistema de escrita, o letramento diz respeito à participação nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. No campo literário, essa participação inclui o contato com obras, a construção de interpretações, o reconhecimento de convenções narrativas e a possibilidade de atribuir sentidos à experiência da leitura.

Cosson (2014) apresenta o letramento literário como um processo de apropriação da literatura enquanto linguagem. Nessa perspectiva, a formação do leitor depende de oportunidades sistemáticas de contato com textos literários e de práticas pedagógicas que favoreçam a compreensão, a interpretação e o compartilhamento de experiências leitoras.

Isso significa que a presença da literatura no currículo precisa estar acompanhada de propostas que permitam aos estudantes estabelecer relações com os textos. A simples indicação de uma obra, seguida de um questionário de interpretação ou de uma prova, pode contribuir

ISSN: 2358-8829

para determinados objetivos escolares, mas não garante, por si só, o desenvolvimento do interesse pela leitura.

O letramento literário requer continuidade. Para formar leitores, é importante que a leitura faça parte da rotina, com oportunidades de escolha, diversidade de gêneros e momentos destinados à apreciação das obras. Contos, romances, poemas, histórias em quadrinhos, narrativas de aventura e outros formatos podem funcionar como portas de entrada para experiências literárias mais amplas.

Colomer (2007) destaca a importância da educação literária e da criação de condições para que crianças e jovens construam sua relação com a literatura. A formação do leitor não ocorre de maneira automática, mas por meio de experiências que favorecem a aproximação entre os sujeitos e os textos.

Nesse processo, a escolha das obras merece atenção. Embora seja importante apresentar textos que ampliem o repertório cultural dos estudantes, também é necessário considerar seus interesses, conhecimentos prévios e experiências de leitura. A mediação pedagógica pode aproximar essas duas dimensões, oferecendo textos acessíveis como ponto de partida e ampliando gradualmente a complexidade das experiências propostas.

Outro aspecto relevante é compreender que os leitores apresentam ritmos e trajetórias diferentes. Alguns estudantes demonstram interesse por romances, enquanto outros preferem narrativas curtas, ficção científica, aventura, humor ou histórias em quadrinhos. A diversidade de preferências não deve ser entendida imediatamente como falta de interesse pela literatura, mas como uma característica a ser considerada na organização das práticas pedagógicas.

Desse modo, formar leitores significa criar condições para que os estudantes desenvolvam autonomia, ampliem seu repertório e construam relações significativas com as obras. O objetivo não deve ser apenas aumentar a quantidade de livros lidos, mas favorecer experiências que contribuam para a compreensão crítica e para a continuidade do hábito leitor.

O PAPEL DA ESCOLA E DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

A escola desempenha uma função central na democratização do acesso à leitura, especialmente em contextos nos quais os estudantes não dispõem de livros ou de espaços de

ISSN: 2358-8829

leitura fora da instituição. Sua atuação, contudo, precisa ultrapassar a utilização da literatura como recurso exclusivo para ensinar conteúdos ou verificar a aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular reconhece a importância das práticas de linguagem e do contato com diferentes manifestações artísticas e literárias no processo de formação dos estudantes (BRASIL, 2018). No ensino de Língua Portuguesa, a leitura literária pode contribuir para o desenvolvimento da interpretação, da reflexão sobre a linguagem e da ampliação do repertório cultural.

Entretanto, para que essas possibilidades se concretizem, a escola precisa organizar situações regulares de leitura e assegurar que os estudantes tenham acesso a diferentes obras. Bibliotecas escolares, salas de leitura, acervos circulantes e projetos de empréstimo são alternativas que podem ampliar as oportunidades de contato com a literatura.

A ausência desses espaços representa um desafio adicional para a mediação pedagógica. Quando a instituição não dispõe de biblioteca ou de um conjunto mínimo de livros, o professor pode encontrar dificuldades para oferecer escolhas variadas e garantir a continuidade das experiências leitoras. Nesses casos, torna-se importante buscar alternativas viáveis, como parcerias com bibliotecas públicas, projetos de circulação de livros e ações de incentivo à formação de acervos.

A mediação docente também envolve a maneira como a leitura é apresentada aos estudantes. A leitura em voz alta, a contação de histórias, as rodas de conversa, a indicação de livros, os momentos de leitura silenciosa e a produção de recomendações literárias são estratégias que podem favorecer a aproximação com as obras. Essas práticas permitem que os estudantes percebam a leitura como uma experiência compartilhada e não apenas como uma atividade individual sujeita à correção.

É igualmente importante equilibrar a avaliação escolar com a fruição literária. A compreensão de um texto pode ser trabalhada por meio de atividades escritas, questões interpretativas e discussões orientadas. Contudo, se todas as experiências de leitura forem acompanhadas de tarefas avaliativas, os estudantes podem passar a associar o ato de ler somente à obrigação de demonstrar o que compreenderam.

Isso não significa eliminar as atividades pedagógicas, mas diversificar suas finalidades. Em determinados momentos, o professor pode propor questões de interpretação; em outros,

pode permitir que os estudantes leiam por interesse, compartilhem passagens de que gostaram ou simplesmente desfrutem da narrativa sem a exigência de produzir uma resposta formal.

Assim, a escola pode contribuir para a formação de leitores ao articular o acesso aos livros, a mediação docente, a diversidade de textos e a liberdade progressiva de escolha. O desenvolvimento do hábito leitor depende de experiências continuadas, nas quais a literatura seja reconhecida tanto como objeto de conhecimento quanto como prática cultural e humanizadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos principais resultados foi a baixa frequência anual de leitura de livros. A maioria dos participantes declarou ler menos de três livros por ano, indicando que a leitura literária não ocupava um espaço expressivo na rotina de grande parte da turma. Esse dado merece atenção, especialmente por se tratar de estudantes que já se encontram em uma etapa da escolarização na qual o contato com diferentes gêneros textuais pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da compreensão leitora e da autonomia intelectual.

A frequência reduzida, entretanto, não deve ser interpretada isoladamente como evidência de desinteresse individual. A formação do hábito de leitura depende de múltiplas condições, entre elas a disponibilidade de obras, as experiências anteriores com a literatura, o incentivo recebido, as preferências pessoais e a maneira como a leitura é trabalhada na escola.

Outro aspecto observado foi a predominância da leitura associada às avaliações escolares. As respostas indicaram que muitos estudantes liam principalmente para estudar para provas ou atender a demandas acadêmicas. Dessa maneira, a leitura aparecia vinculada a uma finalidade imediata, relacionada ao cumprimento das atividades escolares, em vez de se apresentar regularmente como prática espontânea de entretenimento, descoberta ou apreciação estética.

Esse resultado não significa que a leitura para estudar seja inadequada. Ler para aprender conteúdos, responder a questões e realizar avaliações é parte importante da escolarização. A preocupação está na possibilidade de essa finalidade ocupar quase todo o espaço destinado à leitura, restringindo as oportunidades de contato com livros escolhidos por interesse pessoal.

ISSN: 2358-8829

Quando os estudantes encontram a literatura apenas em situações de cobrança, podem desenvolver uma relação predominantemente instrumental com os textos. Nessa circunstância, o livro tende a ser percebido como uma tarefa a cumprir, e não necessariamente como uma experiência que desperta curiosidade, emoção ou reflexão.

A questão central, portanto, não está em opor leitura escolar e leitura por prazer, mas em compreender a necessidade de ampliar as finalidades da prática leitora. A escola precisa garantir que os estudantes desenvolvam habilidades de interpretação e, simultaneamente, tenham oportunidades de experimentar a leitura como atividade significativa em si mesma.

Além dos hábitos declarados pelos participantes, o contexto da instituição escolar mostrou-se relevante para a interpretação dos resultados. A escola investigada não dispunha de biblioteca nem de um acervo mínimo de livros, situação que restringia as possibilidades de acesso cotidiano a diferentes obras no próprio ambiente escolar.

Esse aspecto é especialmente importante quando se considera a função da escola na democratização da leitura. Em contextos nos quais o acesso individual a livros depende da capacidade financeira das famílias ou da disponibilidade de equipamentos públicos, a instituição escolar pode representar uma oportunidade essencial de contato com a literatura.

A ausência de acervo dificulta a organização de momentos regulares de leitura, a realização de empréstimos e a oferta de obras adequadas a diferentes interesses. Também limita a possibilidade de o professor apresentar novidades, permitir escolhas e acompanhar a construção de trajetórias leitoras ao longo do ano letivo.

Entretanto, é necessário reconhecer que a existência de uma biblioteca, por si só, não garante a formação de leitores. Um acervo precisa ser acessível, diversificado e acompanhado de ações que incentivem sua utilização. Da mesma forma, a ausência de uma biblioteca formal não impede completamente a realização de atividades literárias, embora torne sua organização mais desafiadora.

A situação observada aponta, portanto, para a necessidade de discutir não apenas as preferências dos estudantes, mas também as condições institucionais que favorecem ou dificultam a leitura. Cobrar que os jovens leiam com maior frequência sem assegurar oportunidades adequadas de acesso aos livros pode transferir aos indivíduos uma responsabilidade que também é social e educacional.

ISSN: 2358-8829

Entre as alternativas possíveis estão a criação de pequenos acervos circulantes, a organização de caixas de leitura, a realização de campanhas de doação de livros e o estabelecimento de parcerias com bibliotecas públicas e outras instituições. Essas iniciativas não substituem a necessidade de políticas consistentes de estruturação das bibliotecas escolares, mas podem ampliar as oportunidades de contato com a literatura.

O resultado também evidencia a importância de articular políticas públicas, gestão escolar e práticas docentes. A formação do leitor não deve depender exclusivamente da iniciativa individual do professor, pois exige condições materiais, tempo pedagógico e planejamento institucional que garantam continuidade às ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os hábitos de leitura de estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola localizada no distrito de Matinadas, no município de Umbuzeiro, Paraíba, considerando a frequência anual de leitura, os gêneros mencionados e a relação estabelecida entre a leitura literária e as demandas escolares.

A investigação, realizada com 19 estudantes, sendo 10 meninos e 9 meninas, evidenciou uma frequência reduzida de leitura de livros entre os participantes. A maioria declarou ler menos de três livros por ano, e as respostas indicaram que a leitura estava frequentemente associada à preparação para avaliações escolares. Esses resultados sugerem que, para parte significativa da turma, a prática leitora estava mais relacionada às exigências acadêmicas do que à leitura espontânea por interesse pessoal.

Também foram observadas tendências distintas nas respostas de meninos e meninas. Entre os meninos, predominou a ausência de leitura anual de livros, enquanto entre as meninas se identificou maior frequência, embora geralmente limitada à leitura de um a três livros por ano. Destacou-se, ainda, a resposta de duas meninas que informaram ler, em média, seis romances por ano. Essas informações demonstram a diversidade de experiências leitoras dentro do grupo, mas não permitem generalizações sobre diferenças entre os sexos na população estudantil.

Outro aspecto relevante foi a ausência de biblioteca e de acervo mínimo de livros na escola investigada. Essa condição evidencia um desafio para a democratização do acesso à literatura e para a organização de práticas pedagógicas contínuas de leitura. Embora não seja

possível estabelecer uma relação causal direta entre a falta de acervo e os hábitos identificados, as condições de acesso constituem um elemento importante para compreender as possibilidades de formação de leitores.

A análise teórica permitiu compreender a literatura como direito humano e experiência de humanização, conforme discutido por Candido (1995), bem como reconhecer a importância do letramento literário e da mediação pedagógica para a construção de uma relação significativa com os textos. Nesse sentido, a formação do leitor exige mais do que a realização de atividades avaliativas: pressupõe contato frequente com obras diversificadas, oportunidades de escolha, compartilhamento de interpretações e experiências de fruição estética.

As transformações tecnológicas e socioculturais contemporâneas também devem ser consideradas, mas não podem ser apontadas como causa exclusiva da baixa frequência de leitura observada. A pesquisa não investigou diretamente o uso de dispositivos digitais pelos participantes, tampouco estabeleceu uma comparação empírica entre diferentes gerações. Essas questões permanecem como possibilidades para estudos futuros, que poderão aprofundar a relação entre práticas digitais, condições de acesso e hábitos literários.

Diante dos resultados, considera-se necessário fortalecer ações escolares que ampliem o contato dos estudantes com os livros, como a formação de acervos, os projetos de leitura, os momentos de leitura livre, as rodas de conversa e as parcerias com bibliotecas públicas. Também é importante diversificar as estratégias de mediação, respeitando os interesses dos estudantes e apresentando novas possibilidades de leitura de maneira gradual e significativa.

Reconhece-se, como limitação, que o estudo foi realizado com uma única turma e que os resultados expressam as respostas de um grupo específico. Pesquisas futuras poderão ampliar o número de participantes, investigar as influências familiares e digitais e acompanhar os efeitos de projetos de incentivo à leitura ao longo do tempo.

Conclui-se que a formação de leitores constitui uma responsabilidade compartilhada entre escola, família, sociedade e poder público. Entretanto, a escola possui um papel fundamental na garantia de oportunidades de acesso à literatura, especialmente para estudantes que não dispõem de livros em outros ambientes. Para que a leitura deixe de ser percebida apenas como uma exigência escolar, é necessário promover experiências que reconheçam seu valor

cultural, crítico e humanizador, favorecendo a construção de leitores autônomos e capazes de estabelecer relações significativas com os textos e com o mundo.

Palavras-chave: Resumo expandido; Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2024.